

TCU completa 130 anos com investimentos na transformação digital

30/05/2023

**Reportagem publicada no [Anuário da Justiça Brasil 2023](#), lançado no Supremo Tribunal Federal. A publicação está disponível gratuitamente na versão online ([clique aqui para acessar o site](#)) e à venda na [Livraria ConJur](#), em sua versão impressa ([clique aqui para comprar](#)).*

Em janeiro de 2023, o Tribunal de Contas da União completou exatos 130 anos. Criado por meio do Decreto 966-A, de 7 de novembro de 1890, começou a funcionar três anos depois. Tem por missão constitucional fiscalizar os gastos do Executivo federal. “O Tribunal de Contas foi talvez a maior contribuição que qualquer ministro da Fazenda pudesse fazer em defesa do dinheiro público”, disse o presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, à Folha de S.Paulo por ocasião dos festejos da data.

Dantas está à frente do tribunal desde julho de 2022, quando houve a aposentadoria da ministra Ana Arraes, que completou 75 anos de idade, 11 dos quais como ministra do TCU. Sua posse oficial se deu em dezembro de 2022, após seis meses acumulando o exercício da Presidência, da Vice-presidência e da Corregedoria do órgão.

Nesse período, Dantas também assumiu a Presidência da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle (Intosai), com status de órgão consultivo da ONU. Um dos ministros mais jovens a ocupar uma cadeira na corte, ele alia conhecimento técnico a uma visão moderna da administração pública, com alinhamento às práticas internacionais.

“Nos últimos anos vivenciamos um verdadeiro retrocesso civilizatório, em que o alarido das redes sociais e a instabilidade institucional relegaram ao segundo plano o que deveria ser prioritário em nossa sociedade”, destacou ao assumir.

Dantas quer reforçar quatro áreas do TCU em sua gestão: implementar a solução consensual e a prevenção de conflitos; incrementar a transparência da administração pública; incentivar a transformação digital da administração pública federal; e reforçar o controle da responsabilidade fiscal.

Primeiro ele quer a modernização do tribunal, com investimento em transformação digital. “O desafio será intensificar o uso de tecnologia da informação e integrar nosso planejamento de forma mais eficiente. Pretendemos, ainda, estimular a transformação digital na administração pública”, disse ao Anuário da Justiça.

Foi criada, em dezembro de 2022, a Secretaria de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso), formada por auditores capacitados em buscar soluções consensuais para problemas relevantes, reunindo as partes envolvidas – administração pública, entes privados e interessados. A atuação será preventiva e colaborativa.

“Como chancela das proposições, o Plenário irá deliberar sobre o acordado, dando aval ou não sobre o entendimento construído”, aponta o ministro. Outra prioridade sua é recolocar o Brasil no debate ambiental internacional: “Erradicar a percepção negativa que permeou os últimos anos.”

Dos principais julgamentos do ano, três tiveram impacto nas agendas econômica, institucional e social do país. Em maio de 2022, o TCU

Em dezembro, o TCU fez uma auditoria no Programa Auxílio Brasil, identificando problemas de focalização, equidade e custo-efetividade, e recomendou ao Ministério da Cidadania ações para torná-lo mais eficiente.

A auditoria detectou que um possível pagamento indevido a milhões de famílias em 2022 representaria custo de cerca de R\$ 2 bilhões por mês, enquanto o antigo Bolsa Família reduziria o hiato de pobreza com custo menor. O valor total fiscalizado pelo TCU foi de R\$ 114,2 bilhões projetados até o fim de 2022.

De forma inédita, o TCU instituiu uma Comissão de Ministros para acompanhar o processo de transição entre governos, promovendo reuniões setoriais, auxiliando na consolidação de informações e avaliando a regularidade do processo em si.

Dentre os principais produtos entregues ao Gabinete de Transição encontra-se a Lista de Alto Risco da Administração Pública Federal, na qual 29 áreas foram identificadas. O relatório descreve os problemas verificados, aponta o que precisa ser corrigido, apresenta o motivo que levou o tema a ser considerado de alto risco e traz decisões recentes do tribunal sobre o assunto.

Destacam-se quatro pontos dentre os mapeados: sustentabilidade fiscal, elevação contínua da produtividade e da competitividade do produto nacional, investimentos inteligentes em infraestrutura e redução das desigualdades sociais.

“Tenho reiterado que não é possível falarmos de desenvolvimento econômico sem tratarmos da questão da desigualdade social e regional no nosso país, que é ainda um dos mais desiguais do mundo. Essa certamente é uma questão ética, sendo a inclusão de todos, além de nosso dever como nação, uma questão econômica muito relevante”, defende Dantas.

Em março de 2023, tomou posse o novo ministro do TCU, Jhonatan de Jesus, 39 anos, ex-deputado federal pelo Republicanos-RR, é filho do senador Mecias de Jesus (também do Republicanos-RR).

ANUÁRIO DA JUSTIÇA BRASIL 2023

Assista ao evento de lançamento

Edição: 2023

Número de Páginas: 261

Editora: Consultor Jurídico

Versão impressa: R\$ 40, na Livraria ConJur ([clique aqui para comprar](#))

Versão digital: acesse pelo site anuario.conjur.com.br ou pelo app Anuário da Justiça

Anunciaram nesta edição

Apoio

FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado

Anunciantes

Advocacia Fernanda Hernandez

Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia

Basilio Advogados

Bottini & Tamasauskas Advogados

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

autorizou o governo federal a dar continuidade ao processo de desestatização da Eletrobras, por meio de capitalização na Bolsa de Valores. Com isso, a União não deterá mais o seu controle, remanescendo com no máximo 45% da empresa. O novo governo, no entanto, tem restrições ao processo e tenta revertê-lo.

Em julho de 2022, houve a terceira etapa de fiscalização do sistema eletrônico de votação, quando o TCU concluiu que o sistema é seguro, confiável e auditável. O tribunal promoveu uma auditoria completa do sistema eleitoral e verificou que existem mecanismos de gestão de riscos adequados, cronogramas para aprovação de programas e projetos, e planos de contingência para proteção dos procedimentos críticos ao processo eleitoral. A corte continuou acompanhando os procedimentos para as eleições de 2022, inclusive com etapas de fiscalização nos dias de ambos os turnos.

MINISTROS



BRUNO DANTAS NASCIMENTO
PRESIDENTE
Posse: 14/12/2022
Indicação: Senado Federal
Foi vice-presidente do TCU, conselheiro do CNJ e do CNMP. É mestre e doutor em Direito pela PUC-SP e pós-doutor pela Uerj. Nasceu em 6/3/1978 em Salvador.



VITAL DO RÉGO FILHO
VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR
Posse: 22/12/2014
Indicação: Senado Federal
Foi deputado estadual e federal e senador pela Paraíba. É médico e bacharel em Direito pela UEPB. Nasceu em 21 de setembro de 1963 em Campina Grande (PB).



WALTON ALENCAR RODRIGUES
Posse: 13/9/1999
Indicação: Ministério Público
Foi promotor de Justiça do MP-DF, procurador do MPF, subprocurador-geral e procurador-geral do MP junto ao TCU. É bacharel e mestre em Direito pela UnB. Nasceu em 19/4/1962 em Goiânia.



BENJAMIN ZYMLER
Posse: 11/9/2001
Indicação: Auditores do TCU
Foi de auditor a presidente do TCU. É bacharel em Engenharia Elétrica pelo IME e em Direito pela UnB. É professor de Direito no IDP. Nasceu em 25 de março de 1956 no Rio de Janeiro.



JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Posse: 20/9/2005
Indicação: Câmara dos Deputados
Foi deputado federal pelo PP do Rio Grande do Sul por três legislaturas. É bacharel em Administração de Empresas pela Fisa/Fundames. Nasceu em 13 de outubro de 1952 em Santo Ângelo (RS).



AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Posse: 3/1/2007
Indicação: Câmara dos Deputados
Foi deputado federal e secretário de Indústria e Comércio da Bahia. É bacharel em Veterinária pela UFBA e mestre pela UFSM. Nasceu em 26 de fevereiro de 1951 em Valente (BA).



JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Posse: 31/12/2020
Indicação: Presidência da República
Trabalhou com o então deputado Jair Bolsonaro e com deputado Eduardo Bolsonaro. É bacharel em Direito pelo Iesb (2006). Nasceu em 15/11/1974 no Rio de Janeiro.



ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
Posse: 3/2/2022
Indicação: Senado Federal
Foi senador e governador de Minas Gerais e ministro do Trabalho. É bacharel e mestre em Direito pela UFMG. Nasceu em 9/5/1961 em Belo Horizonte.



JHONATAN PEREIRA DE JESUS
Posse: 15/3/2023
Indicação: Câmara dos Deputados
Foi deputado federal por Roraima entre 2014 e 2023. É médico e empresário. É filho do senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) Nasceu em 3/9/1983 em Boa Vista.

Fotos: Portal e Flickr TCU



D'Urso & Borges Advogados Associados
David Rechulski Advogados
Dias de Souza Advogados
Erik Pereira Advogados
Feldens Advogados
Fontes Tarso Ribeiro Advogados
Fux Advogados
Gomes Coelho & Bordin Sociedades de Advogados
Gustavo Uchôa Advogados
Helena Torres Advogados
Hesketh Advogados
JBS S.A.
Leite, Tosto e Barros Advogados
Lima Gonçalves, Jambor, Rotenberg & Silveira Bueno – Advogados
Machado Meyer Advogados
Marcus Vinicius Furtado Coêlho Advocacia
Mendes, Nagib & Luciano Fuck Advogados Milaré Advogados
Moraes Pitombo Advogados
Nelio Machado Advogados
Nepomuceno Soares Advogados
Nery Sociedade de Advogados
Pardo Advogados & Associados
Prevent Senior
Sergio Bermudes Advogados
SOB – Sacramone, Orleans e Bragança Advogados
Tavares & Krasovic Advogados
Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados
Tojal Renault Advogados
Walter Moura Advogados Associados
Warde Advogados

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-mai-30/tcu-completa-130-anos-investimentos-transformacao-digital/>